

Cartilha

Reparações: uma ideia cujo tempo já chegou!

Diva Moreira

The background of the entire page is a vibrant orange color with a complex, layered geometric pattern of squares and lines. In the lower right foreground, three dark brown fists are raised in a gesture of solidarity or protest. Behind them, a faint, stylized profile of a person's head is visible, with a bright yellow starburst or sunburst effect behind it. The overall aesthetic is bold and graphic.

Cartilha **Reparações:** **uma ideia cujo** **tempo já chegou!!**

A cartilha Reparações: uma ideia cujo tempo já chegou! é um mais um passo na luta do movimento negro por justiça, memória e reparação.

Diva Moreira, uma grande intelectual do movimento negro, explicita, de forma concisa e precisa, como o projeto de nação brasileiro se estruturou no racismo, na violência e na exclusão dos povos africanos e seus descendentes.

Ao resgatar a verdade sobre a escravidão e revelar as heranças de desigualdade que persistem até hoje, inclusive no judiciário, a cartilha é uma porta de entrada para esse debate político sobre como as reparações são o caminho para reconstruir o país sobre novas bases de justiça social. Acreditar que a reparação é inviável ou fora de tempo é ignorar essas chagas ainda abertas e limitar o horizonte de construção de uma sociedade diferente.

O Sitraemg abraça essa luta e reafirma, com este lançamento, seu compromisso com o enfrentamento ao racismo estrutural. Mais do que memória, trata-se de reconhecer direitos negados e reparar danos que atravessam gerações de negros e negras brasileiras. Esta cartilha é um convite à ação coletiva, à formação crítica e à luta por um Brasil verdadeiramente democrático.

LOGO REPARAÇÃO

O símbolo apresentado carrega em sua forma e essência a potência da memória, da ancestralidade e da justiça. Sua construção visual reúne três elementos fundamentais:



Sankofa – O Retorno à Sabedoria Ancestral

Ao centro, o pássaro Sankofa - símbolo oriundo do povo Akan, do atual Gana - volta a cabeça para trás enquanto mantém um ovo no bico, representando a importância de olhar para o passado para construir um futuro com consciência e sabedoria. Ele ensina que não há progresso sem reparação e que resgatar o que foi perdido é um ato de dignidade e sobrevivência.



Círculo de Cauris - Proteção e Prosperidade

Cercando o símbolo, os cauris (búzios) em tons quentes e vibrantes formam um círculo de força e proteção. Os cauris foram usados como moeda, adorno e oráculo por diversas civilizações africanas. Aqui, evocam a espiritualidade ancestral, a resistência econômica e a conexão com as cosmovisões afro-diaspóricas. O círculo é também símbolo de completude, continuidade e comunidade.



Perfis Humanos Afrocentrados

As silhuetas de dois rostos negros, espelhados e entrelaçados, representam o reconhecimento mútuo, o diálogo intergeracional e o reencontro com o eu profundo. Também remetem à valorização das subjetividades negras, frequentemente apagadas ou distorcidas pela história oficial.

Reparações: uma ideia cujo tempo já chegou!!

Verdade Memória Justiça e Garantia de não repetição – estas são as palavras chave do pleito por reparações. O debate sobre justiça de transição e reparações na América Latina tem focalizado o período pós-ditaduras militares no continente e foi conduzido, no caso do Brasil, pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, criada pela Lei nº 10.559/2002. Seus membros, com raras exceções, procediam da área do direito. Mais próxima aos afrodescendentes é a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), fundada em novembro de 2014.¹

No contexto do direito penal internacional justiça de transição também tem sido uma iniciativa levada a efeito por países que passaram por violações de direitos e guerras, como África do Sul, Ruanda, Norte de Uganda e a ex-Iugoslávia a guerra em Kosovo. O conceito adquiriu estatuto internacional no Relatório nº S/2004/616, do Conselho de Segurança das Nações intitulado: O Estado de Direito e a justiça de transição em sociedades em conflito ou pós-conflito.²

Objetivo da cartilha: Divulgar os fundamentos para um debate político sobre as reparações

O primeiro fundamento: Como tornar a história nossa aliada na luta pela Justiça Racial e as Reparções

É urgente desfazer as mentiras sobre o escravismo, sobretudo de seu caráter benigno e da baixa produtividade e pouca qualificação da mão de obra escravizada. É fundamental também reconhecer que o projeto de nação republicano foi fundado no racismo estrutural, institucional e pessoal.

Os historiadores bem como os grandes e respeitados intérpretes do país mantiveram a hegemonia do saber e do discurso sobre o que chamavam de história do Brasil e da escravidão, tornando-a uma grande adversária do povo preto. Nossas crianças e jovens ou têm uma mentalidade colonizada ou estão imersos na ignorância, como resultado de uma educação sem conteúdos básicos, imaginem a politicidade de Paulo Freire!

¹ O advogado negro Humberto Adami Santos Júnior foi um dos que estiveram à frente da iniciativa e é atual presidente da CVE, no Rio de Janeiro.

² https://www.academia.edu/8477871/UN_S_2004_616_O_Estado_de_Direito_e_a_justi%C3%A7a_de_transi%C3%A7%C3%A3o_em_sociedades_em_conflito_ou_p%C3%B3s_confl_ito

Assim:

Lançaram para o campo da invisibilidade as lutas e resistência contra o escravismo, passando com frequência a imagem de passividade e estupidez dos negros e negras; Forjaram a mentira da escravidão benigna, suave, e, posteriormente, a ideia da democracia racial;

Outra mentira foi a improdutividade do trabalho escravo, a antessala para introduzir a imagem do mau trabalhador associada aos negros e a do bom trabalhador, associada aos brancos de origem europeia que vieram em grandes levadas, sobretudo nas primeiras décadas do século XX.

De que o progresso do país seria impossível com a qualidade ruim da população (aí incluídos os brancos de origem portuguesa).

Mas, felizmente para as instituições críticas que estão a serviço dos trabalhadores e o ativismo negro, tem surgido uma rica bibliografia nestas últimas décadas, de autores negros e brancos.

O fracasso da república na construção de uma sociabilidade entre os grupos raciais
Que república é esta?

- Nasceu um ano, seis meses e sete dias depois da abolição do trabalho escravo;
- De um golpe militar sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, antes ministro do imperador;

Traços importantes da república brasileira até nossos dias:

- A visão colonizada das elites:
 - a **Marselhesa** era o hino cantado até ficar pronto e disseminado o hino nacional; o francês era língua ensinada nas escolas e freiras do Colégio de Sion foram convidadas a vir para o país, ensinar as crianças ricas e brancas;
 - a **primeira bandeira** foi copiada do pavilhão dos Estados Unidos; durou poucos dias, mas o nome Estados Unidos do Brasil foi mudado apenas em 1968, 79 anos depois;³
- A influência dos militares sobre os governos civis e sucessivos golpes de estado.

³ LEI No 5.389, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1968. em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5389-22-fevereiro-1968-359075-norma-pl.html> - Acesso em 7 set 2022

Esse projeto de nação nutria o sonho de desaparecimento da população negra por alguns mecanismos: a migração de retorno (providenciar a volta para a África dos escravizados libertos) e a ideologia do branqueamento, via casamentos interraciais para superar a maldição de Cam⁴ e, mais rápido ainda, pela substituição dos negros por imigrantes europeus.

Como não foi possível fazer desaparecer os africanos, visto que, no Censo de 1872 e até os primeiros anos da república, eram a maioria demográfica, várias tecnologias sociais foram aplicadas. Como exemplo, dentre outros, podemos falar das barreiras de contenção à mobilidade social, da segregação racial que atinge todas as áreas das cidades e todas as instituições, da violência que recai sobre a população negra e que não encontra eco entre os brancos (com raras exceções), e da legislação diferenciada. Assim, os preceitos do Artigo 5º da Constituição Federal não alcançam, sobretudo os homens negros que não são sequer protegidos pela Lei de Execução Penal, quando caem nas garras do sistema de justiça criminal, ou mesmo antes, pelas constantes e humilhantes batidas ou abordagens policiais.

As instituições chave para a criação do racismo científico:

- O Museu Nacional-RJ, criado em 6 de junho de 1818 e o Museu Paraense Emílio Goeldi, fundado em 6 de outubro de 1866 além de vários outros museus de história natural instituídos antes ou depois da república;
- IHGB – Instituto Histórico Geográfico – o primeiro foi criado em 1838, no Rio de Janeiro (os museus e os institutos foram instituições que tiveram um papel crucial na degradação da imagem, da estética e de toda a identidade negra);
- Hospícios - O Hospício Pedro II, inaugurado no Rio de Janeiro em 1852, foi o primeiro hospital psiquiátrico do Brasil, juntamente com o Hospício Provisório de Alienados de São Paulo, instalado no mesmo ano. O Hospital Psiquiátrico do Juqueri e Manicômio Judiciário foi fundado em 1898 e o Hospital Colônia de Barbacena em 1903. As fotos disponíveis na Internet e a experiência direta de Diva Moreira confirmam que a maioria das pessoas internas era negra.
- Presídios – Em 6 de julho de 1850, foi criada a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Dois anos após, em 1852, foi inaugurada com esse mesmo nome a Casa

⁴ **A redenção de Cam (1895), pintura de Modesto Brocos** - O título do quadro remete ao mito bíblico da maldição lançada por Noé sobre seu filho Cam (ou Cã). Diz a história que Noé dormiu embriagado de vinho. Cam, seu filho, expôs a nudez do pai aos irmãos como zombaria. Ao acordar, o pai então amaldiçoou Canaã, filho de Cam, a ser “servo dos servos”. Há inclusive versões que descrevem Canaã e os descendentes de Cam como negros.

“O contexto de difusão do mito bíblico sobre a maldição de Noé é o do início da chamada Era Moderna, quando a cristandade europeia buscava formas de justificar a escravização de habitantes do continente africano, sob o marco do cristianismo”, diz Lotierzo. Fonte: <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/> - Acesso em 10 jan 2025

de Correção de São Paulo, posteriormente chamada de Casa de Detenção de São Paulo. Para não se ter dúvidas sobre os fins a que se destinava a política de vigiar e punir: “Inicialmente, teve sua estrutura pensada para dois propósitos: depósito de escravos, que eram colocados no calabouço; e casa de correção, que abrigava aqueles que não correspondiam aos padrões vigentes, fosse pela prática de crimes ou classe social, como vadios.”⁵ Hoje, a Casa é conhecida como Complexo Frei Caneca. A maioria das demais prisões foram instaladas depois da república.

Legislação e Instituições segregadas:

- As colônias correccionais e orfanológicas de Floriano Peixoto para a “prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos”, a partir de 1889, no ano seguinte à abolição. Antes da Constituição de 1891, a república criou o código penal, em 1890!!
- Liga Brasileira de Higiene Mental. Fundada no Rio de Janeiro, em 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel; início do movimento de higiene mental.⁶

O protagonismo negro e branco para democratizar a república brasileira.

As lutas armadas na república dos ex-escravistas:

A Guerra/Massacre de Canudos – de 1896 a 1897, na Bahia, sob o comando de líder religioso, Antônio Conselheiro;

A Revolta da Chibata – de 22 a 27 de novembro de 1910, liderada pelo “Almirante Negro” João Cândido Felisberto;

A Guerra/Massacre do Contestado – de 1912 a 1914, entre Paraná e Santa Catarina;⁷ Seu último líder foi o negro Adeodato Ramos;

A Comunidade do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto – de 1926 a 1937, no Ceará, liderada pelo Beato José Lourenço, filho de escravo e escrava alforriados. A Comunidade foi destruída pela Polícia Militar do Ceará e pelo Exército, sob alegação de comunismo e de que seria um novo Canudos; além de muitas outras lutas.

A prodigiosa resistência cultural:

Por meio da capoeira, das irmandades do Rosário, dos terreiros das religiões de matriz africana, da música (sobretudo o samba e o Carnaval), dentre outras manifestações culturais.

⁵ Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pres%C3%ADdio_Tiradentes

⁶ Há mais instituições.

⁷ Construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, feita pela empresa norte-americana Brazil Railway Company.

As lutas institucionais:

A imprensa negra, a Frente Negra Brasileira, o TEN – Teatro Experimental do Negro, a participação em partidos políticos (socialista, comunista e trabalhista), em eleições para as câmaras legislativas e para a Assembleia Constituinte, de 1946, a criação de escolas para alfabetização de crianças e de adultos; a criação de movimentos sociais (urbanos e rurais). Após a ditadura militar, têm-se, com maior predominância, a criação de Organizações Não-Governamentais - ONGs, e a participação em estruturas específicas no estado – Fundação Cultural Palmares, conselhos, secretarias, coordenadorias, grupos de trabalho, além dos sindicatos que superaram a resistência em participar apenas nas “lutas de classe” etc;

Também tivemos: aprovação das leis contra a discriminação racial (Lei Caó), em defesa dos quilombolas e de cotas nas universidades e nos institutos federais, bem como em defesa dos direitos das empregadas domésticas etc.

O segundo fundamento: As consequências sociais deste projeto de nação sobre as famílias negras

A república foi um desastre para a população negra: excluída do mercado de trabalho pelos imigrantes, sobraram o trabalho doméstico e na lavoura para as mulheres e para os homens biscates e serviço na roça em terras alheias, já que não houve reforma agrária nem criação de colônias agrícolas. Em municípios de São Paulo, houve conflitos sociais pela substituição massiva de uma força de trabalho por outra chamada de nacional, visto que a exclusão preteriu também os trabalhadores brancos pobres. Isto posto, veja as consequências sobre as famílias negras por segmentos:

- Os favelados
- Os menores abandonados
- Os moradores e as moradoras na rua
- Os alienados e enlouquecidos
- Os retirantes das secas do semiárido
- Os jangadeiros
- Os catadores de material reciclável
- Os presidiários

Essas consequências sociais que se mantêm por 135 anos podem se manter por mais este tempo ou se prolongar por um futuro mais distante ainda, segundo o que podemos ver no estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico -OCDE sobre os Elevadores Sociais Quebrados: A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility.

Este estudo sobre 30 países afirma que no Brasil apenas daqui a nove gerações chegará ao nível de renda médio de 2018, quando o resultado veio a público.⁸

O terceiro fundamento: A rígida hierarquia racial e o permanente autoritarismo funcionam como obstáculos à democratização do país

Tópicos:

- Conceituando pobreza política
- Causas da pobreza política da população negra
- A sub-representação de mulheres e homens negros nas posições de poder do estado e em cargos eletivos

A pobreza política e a destituição de recursos mantêm o estado de exceção contra o povo negro. O fenômeno da adesão ao fascismo bolsonarista foi apenas a parte mais contundente e grosseira do fracasso do projeto de república das oligarquias rurais e de seus aliados para a república das milícias.⁹

Numa sociedade estruturalmente segregada e com o banimento da cor/raça como um tema político, ficou difícil o estabelecimento de alianças com os brancos de quaisquer matizes políticos. Em geral, explicam como legado da escravidão a abismal desigualdade sociorracial existente no Brasil e acham que ela seria compatível com a democracia liberal, instaurada em 1988. Aliás, nem acham tamanha a invisibilidade que as pessoas brancas ajudaram a construir em torno dela, a não ser como objeto de teses de mestrado e de doutorado. Não como práxis política, como aconteceu nos Estados Unidos e na África do Sul. Essa desigualdade tem múltiplos desdobramentos, a política por exemplo, que reproduz e reforça as outras desigualdades. Isso significa que a falta ou escassa representação e acesso diferenciado ou quase nulo aos recursos de poder, impuseram o silêncio às brasileiras e aos brasileiros de origem africana.

A negação desse contradiscurso impediu que o racismo encontrasse ressonância na consciência da nação, e espaço na agenda política. Por sua vez, a falta de representação constituiu um obstáculo à participação dos negros no processo de tomada de decisões e de controle sobre o poder, particularmente daquele colocado à sua disposição: o das agências de justiça criminal.

⁸ <https://www.oecd.org/social/broken-elevator-how-to-promote-social-mobility-9789264301085-en.htm>

⁹ Título do livro de Bruno Paes Manso com o subtítulo: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro.

Na falta de igualdade política, uma das cláusulas fundantes da democracia, buscou-se um sucedâneo que foi a democracia racial, que prometia a realização da igualdade no nível simbólico, mítico. Isto quer dizer que, se no cotidiano das relações sociais, e no acesso ao poder e à riqueza prevalecem a desigualdade; no espaço do lúdico, do futebol, das expressões culturais, acontece uma igualdade imaginária e periódica. Só que esse modelo se esgotou, à custa de vários fatores, o mais importante deles sendo o esforço dos movimentos sociais negros.

Reparações: saída para construir um novo projeto de nação

O anseio milenar por justiça para reparar iniquidades e violações infligidas a um indivíduo ou a uma coletividade se perde na memória da humanidade. A escravidão aparece com destaque no rol das injustiças. A Bíblia, que condensa escrituras sagradas para três religiões monoteístas, dentre elas a principal do ocidente, o cristianismo, registra em dois textos a noção ética de reparação de danos: em Êxodo e no Deuteronômio, ambos os textos atribuídos a Moisés, no século VI da escritura hebraica. Ingressando na história do Ocidente, no século XX tivemos algumas obrigações de reparar danos e tragédias que foram perpetradas durante a II guerra mundial. A Alemanha foi obrigada a indenizar os judeus por causa dos extermínios em massa, e os Estados Unidos foram obrigados a pagar a dívida com seus cidadãos de origem japonesa que perderam suas propriedades e foram levados para campos de concentração, sob a alegação de que representavam riscos à segurança nacional.

Logo no início do século XXI, aconteceu a III Conferência da ONU sobre racismo, e o pleito de reparações entrou em pauta de forma vigorosa, capitaneado pelos países africanos e pelo Brasil.

Como traduzir, viabilizar, o pleito das reparações? Temos vários marcos balizadores desta estratégia: os objetivos e métodos associados aos Objetivos da Década dos Afrodescendentes:

Objetivo 1: Promover um maior conhecimento e respeito pelo patrimônio diversificado, a cultura e a contribuição de afrodescendentes para o desenvolvimento das sociedades;

Objetivo 2. Adotar e reforçar os quadros jurídicos nacionais, regionais e internacionais de acordo com a Declaração e Programa de Ação de Durban e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, bem como assegurar a sua plena e efetiva implementação.¹⁰

Objetivo 3: Promover o respeito, proteção e cumprimento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas afrodescendentes, como reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Também são adotadas as três categorias da Kora Andrieu ¹¹ que trabalha com justiça de transição e é também das Nações Unidas. Fiz uma tradução livre adaptando-as para o nosso caso:

Justiça legal: processar os perpetradores das chacinas em favelas e do genocídio da juventude negra¹² e estabelecer o domínio da lei, reformando o sistema de segurança e o judiciário.

Justiça restaurativa: pesquisar e consolidar os estudos que demonstrem a verdade sobre o passado, curando (healing) as vítimas e reconstruindo comunidades por meio da reconciliação e da memória coletiva.

Justiça social: por um fim às injustiças econômicas, políticas e sociais que criaram e mantêm os ataques aos direitos, e definir as bases de uma sociedade justa e estável (reparações financeiras e simbólicas, políticas universalistas e programas de ação afirmativa, com abordagens de gênero, classe e faixa etária, além do desenvolvimento sustentável dos territórios excluídos, etc).

Justiça Fiscal - E possível fazer uma reforma tributária que faça justiça à população negra e, sobretudo, às mulheres negras sobre quem, proporcionalmente, cai o peso maior dos impostos sobre consumo? Segundo a economista negra Eliane Barbosa da Conceição o estado é “malvado” para com nosso povo.

Vamos ver para quem o estado é “bondoso”? Para os mais ricos que não são tributados, para os sonegadores de impostos, para os beneficiados com as renúncias fiscais, para os que mantêm empresas de fachada em paraísos fiscais, etc, etc!

Justiça Ambiental – Desde o tráfico negreiro com o desterramento da África, o continente de origem, passando pela Lei de Terra de 1850, a não realização da reforma agrária no pós-abolição, os massacres em Canudos, Contestado, Caldeirão de Santa Cruz, e Pau de Colher, a destruição dos quilombos, desde sempre, a expulsão para as favelas e sua remoção, quando as políticas higienistas e a especulação imobiliária falaram mais alto, até o adocimento e as mortes derivadas dos deslizamentos de barrancos. Tudo isso é legado de políticas de segregação espacial e do racismo ambiental. Sem ter para onde ir, desterrados, as distopias foram os lugares a nós destinados. Até hoje!

¹⁰ <https://decada-afro-onu.org/> - Acesso em 1º de fev 2021

¹¹ Transitional Justice: A New Discipline in Human Rights de autoria da Kora Andrieu. Ela era ponto focal em justice transicional e técnica em direitos humanos do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, da ONU na Tunísia. Atualizar. Acima tirei do <https://www.oxfordbibliographies.com/View-Contributor/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0148.xml?id=con2678>

¹² O mesmo vale para os povos indígenas.

Reparações: via políticas universalistas, de renda, e de ação afirmativa, em uma nova economia política...

... que inclua as nossas experiências de protossocialismo e que Abdias Nascimento chamava de quilombismo:

“Tornar contemporâneas as culturas africanas e negras na dinâmica de uma cultura pan-africana mundial, progressista e anticapitalista, me parece ser o objetivo primário, a tarefa básica que a história espera de nós todos. Como integral instrumento de uma contínua luta contra o imperialismo e o neocolonialismo, forjada junto com as efetivas estratégias econômico-políticas, essa cultura progressista pan-africana será um elemento primordial da nossa libertação.” O Quilombismo, 3ª. Ed., Editora Perspectiva, 2019, p. 67

Seguimos Abdias: a economia política das reparações como **luta anticapitalista**

Causa fundante da escravidão e do racismo estrutural é o capitalismo.

Um conceito fundamental: de acumulação primitiva do capital:

“As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. (Marx, em O Capital)

A economia política das reparações: é uma luta anticapitalista

“A escravidão direta é o fundamento do nosso industrialismo atual, tanto como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão não teríamos o algodão, sem algodão não teríamos indústria moderna. É a escravidão que deu valor às colônias; são as colônias que criaram o comércio mundial; é o comércio mundial que constitui a condição necessária da grande indústria mecanizada.” (Marx, em O Capital)

Seguimos Abdias: a economia política das reparações é uma luta **anti-imperialista**

Outra causa fundante do escravismo: o imperialismo sobre o continente africano!

O próprio Marx, já assinalara este caráter, mas também: Kwame Nkrumah, Franz Fanon, Aimé Césaire, Cyril Lionel Robert James, (CR James), Anibal Quijano, dentre vários outros. Seguimos Agustin Lao-Montes:

UBUNTU E URAMBA Para fazer nascer uma nova humanidade!

Palenques Planetários e Futuros Decoloniais de Libertação

“(…) argumentamos, através de contrapontos diaspóricos, que o racismo deve ser entendido em relação ao capitalismo, ao imperialismo e ao patriarcado, como um quadro que configura a matriz moderna/colonial que muitos de nós chamamos de colonialidade do poder e do conhecimento .”

“O conceito de Ubuntu começa a ser emblemático da filosofia africana de libertação e de como nos modos de vida do mundo afro existem princípios e práticas que podem ser construídos como alternativas à civilização ocidental capitalista. Ubuntu abre caminhos do africanismo, como arma de Exu-Elegguá, em espaços-chave da nova onda de movimentos e mobilizações (...)”¹³

A economia política das reparações: é ambientalista: a natureza não é mercadoria! Nós, mulheres negras, podemos fazer parte do ecofeminismo, da ecologia social ou da ecologia política mas viemos de uma tradição que antecede tudo isto: a tradição dos Orixás! Homens negros em defesa do meio ambiente!

O colonialismo e a escravidão, como nos ensina Malcom Ferdinand, construíram um sistema fundamentado na destruição do meio ambiente.

O racismo ambiental é parte do legado do capitalismo, bem como o adoecimento e as mortes derivadas dos pesticidas. 14

A economia política das reparações: Inclui a Diáspora Africana na AfroLatinoAmérica e a África!

Neste debate, temos os países devedores e os credores. Precisamos incluir nesta dívida a destruição dos recursos humanos do continente africano e a demonização de sua/nossa história e cultura, durante os séculos de escravismo e, depois, ao longo de mais de 135 anos de racismo sobre seus descendentes – nós, povo africano da Diáspora.

¹³ Contrapunteos Diaspóricos – Cartografias políticas de Nuestra Afroamérica – Universidad Externado de Colombia

• ¹⁴ Fonte: Ferdinand, Malcom - Uma ecologia decolonial, editora Ubu, 2022



REPARAÇÃO HISTÓRICA

apoio:



**SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER
JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS**